

PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
A ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL TÉCNICO
EM UNIDADES E ÓRGÃOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SERVIÇO SOCIAL - ATENÇÃO HOSPITALAR

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS	10
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Cansei-me de ser moderno. Quero ser eterno."

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA **NÃO** ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
A ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL TÉCNICO
EM UNIDADES E ÓRGÃOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

SERVIÇO SOCIAL - ATENÇÃO PRIMÁRIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS	10
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Cansei-me de ser moderno. Quero ser eterno."

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA **NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

01. As competências do Sistema Único de Saúde (SUS) estão definidas no artigo 200 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e incluem, entre outras, a:
- (A) colaboração na proteção do meio ambiente
 - (B) elaboração centralizada da política de saneamento básico
 - (C) exclusividade na formação de recursos humanos na área da saúde
 - (D) delegação à iniciativa privada do desenvolvimento científico e tecnológico
02. Um usuário buscou na internet uma unidade básica de saúde para receber a vacina contra a Covid-19. Ele foi atendido pelo agente comunitário e, após checagem para conferir se estava apto a receber a vacina, foi encaminhado à sala de vacinação. Depois de ser vacinado, foi orientado sobre a unidade básica de saúde de referência de seu endereço residencial, para que a equipe de saúde responsável pudesse realizar seu cadastro. As duas ações descritas – acolhimento e referenciamento – retratam, respectivamente, os seguintes princípios do SUS (artigo 7º da Lei nº 8.080/1990):
- (A) integralidade de assistência e igualdade de assistência
 - (B) participação da comunidade e capacidade de resolução dos serviços
 - (C) universalidade de acesso e regionalização da rede de serviços de saúde
 - (D) utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades e direito à informação
03. Conforme artigo 1º da Lei nº 8.142/1990, a representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências, em relação ao conjunto dos demais segmentos será:
- (A) paritária
 - (B) minoritária
 - (C) majoritária
 - (D) inexistente
04. Conforme o artigo 18 da Lei nº 8.080/1990, a execução de serviços de vigilância epidemiológica, de vigilância sanitária, de alimentação e nutrição, de saneamento básico, de saúde do trabalhador e de saúde bucal, compete:
- (A) à direção estadual do SUS
 - (B) à direção nacional do SUS
 - (C) à direção municipal do SUS
 - (D) ao Conselho Nacional de Saúde
05. Durante o mês de setembro, foram realizadas em uma unidade básica de saúde, algumas atividades com os usuários, destinadas à prevenção do suicídio e à valorização da vida, como parte da campanha do "Setembro Amarelo". O quadro descrito expressa:
- (A) uma atividade específica das políticas e programas de saúde do trabalhador, no campo da saúde mental
 - (B) um dos objetivos do SUS, através da assistência às pessoas por intermédio de atividades preventivas
 - (C) a importância das ações de reabilitação no SUS integradas ao cenário epidemiológico da localidade
 - (D) um dos campos de atuação do SUS, por meio da assistência social e farmacêutica integral
06. A Lei nº 8.080/1990 estabelece, entre outras medidas, que: (I) os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes corresponda; (II) os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação. Os itens I e II se referem, respectivamente:
- (A) às diretrizes do SUS e à gestão financeira do SUS
 - (B) à organização nacional do SUS e à gestão administrativa do SUS
 - (C) à organização, direção e gestão administrativa do SUS e às diretrizes do SUS
 - (D) à organização, direção e gestão administrativa do SUS e à gestão financeira do SUS
07. É CORRETO afirmar sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) que:
- (A) a assistência à saúde no SUS é proibida à iniciativa privada
 - (B) o SUS não prevê a admissão de agentes comunitários de saúde
 - (C) o SUS tem como uma de suas diretrizes a centralização em cada esfera de governo
 - (D) as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada
08. Modalidade de prestação de serviços de saúde a distância, por meio da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, que envolve, entre outros, a transmissão segura de dados e informações de saúde, por meio de textos, de sons, de imagens ou outras formas adequadas. De acordo com a Lei nº 8.080/1990, essa definição refere-se a:
- (A) telessaúde
 - (B) interconsulta
 - (C) consulta de pré-natal
 - (D) atendimento domiciliar

09. Conforme o artigo 4º da Lei nº 8.142/1990, para receberem os recursos para cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados, os Municípios, Estados e o Distrito Federal deverão contar, entre outras exigências, com: I: Fundo de Saúde; II: Conselho de Saúde; III: plano de saúde; IV: relatórios de gestão. Estão CORRETAS as sentenças:
- (A) I, II e III
 - (B) I, II e IV
 - (C) II, III e IV
 - (D) I, II, III e IV
10. Sobre o Conselho de Saúde, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 8.142/1990, é correto afirmar que:
- (A) é um órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo
 - (B) é composto apenas por representantes do governo e usuários
 - (C) reúne-se a cada quatro anos para avaliar a situação de saúde
 - (D) atua na execução da política de saúde na instância correspondente

SERVIÇO SOCIAL

11. Bravo e Menezes, em *"Democracia, participação e controle social: as lutas em defesa da saúde"* (2022), apontam para algumas reflexões relevantes no cenário atual e para duas experiências importantes na luta por direitos sociais e na construção de uma frente anticapitalista. Marque a alternativa que identifica as duas experiências:
- (A) Frente Estadual de Luta da Saúde e os fóruns locais
 - (B) Frente Nacional contra a Privatização da Saúde e os fóruns de saúde
 - (C) Frente Municipal contra a Privatização da Saúde e o fórum de debate local
 - (D) Frente Capitalista de Luta contra a Estatização da Saúde e fóruns de saúde

12. A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso. Nos termos da Lei nº 11.340/2006, assinale a alternativa CORRETA.
- (A) o juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.
 - (B) o juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até 12 (doze) meses
 - (C) a mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição, sem precisar de comprovação de registro da ocorrência policial ou processo judicial
 - (D) a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar inclui os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das infecções sexualmente transmissíveis (IST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual, restringindo o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico
13. Em *"A instrumentalidade no trabalho do assistente social"* (2007), Guerra contextualiza o vínculo entre as políticas sociais e o Serviço Social, entendendo a utilidade social da profissão vinculada às políticas sociais. Nesse sentido, a instrumentalidade do Serviço Social pode ser pensada como uma condição sócio-histórica da profissão, como indica a autora, dividida em três níveis:
- (A) instrumentalidade das respostas profissionais; do aparato estatal; e da luta contra o capitalismo
 - (B) instrumentalidade das respostas profissionais; do Serviço Social face ao projeto burguês; e a de ser uma mediação
 - (C) instrumentalidade das respostas profissionais; do Serviço Social Neoliberal; e do contexto das lutas de classe
 - (D) instrumentalidade das respostas profissionais; das demandas de classe; e do exercício profissional

14. "O momento que vivemos é um momento pleno de desafios, mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar" (IAMAMOTO, 2004, p17). Iamamoto, em *"O Serviço Social em tempos de mundialização do capital"* (2019), aponta para uma nova versão da democracia restritiva que atravessa a formação social brasileira, expressa pelas contrarreformas, que intensifica o controle penal do estado sobre os pobres e as lutas e os movimentos sociais. Identifique o termo utilizado pela autora:
- (A) democracia blindada
 - (B) democracia capitalista
 - (C) democracia militarizada
 - (D) democracia neoliberalista
15. No seu trabalho cotidiano, o Serviço Social atua com situações singulares vividas por indivíduos ou núcleos familiares atravessados por questões de classe. São desafiados a, de forma criativa, empática e politizada, lutar pelos direitos e pelo acesso da população. Iamamoto, em *"O Serviço Social em tempos de mundialização do capital"* (2019), salienta que três tendências de raiz liberal vêm interferindo decisivamente nas respostas institucionais à "questão social". Marque a opção que apresenta essas três tendências:
- (A) tendência à moralização do serviço prestado; tendência ao reforço das ações neoliberais no cenário social; e tendência à reconceitualização do controle social
 - (B) tendência à restrição do mercado de trabalho; tendência à pauperização das famílias; e tendência ao neoliberalismo crescente, visando à cultura capitalista
 - (C) tendência ao crescimento do capitalismo, banalizando o indivíduo; tendência à moralização católica do social; e tendência à judicialização das ações de saúde
 - (D) tendência ao reforço do individualismo e à responsabilização da família trabalhadora; tendência à moralização da questão social; e tendência ao assistencialismo da barbárie do capital e à criminalização de suas manifestações
16. A pandemia da Covid-19 no Brasil e no mundo causou consequências avassaladoras em todas as esferas. O crescimento das desigualdades aparece como um dos desafios atuais pós-pandemia. Motta *et al.*, em *"Crescimento das desigualdades e guerra cultural: desafios atuais"* (2022), apresenta dados do relatório Oxfam-Brasil, que estima em 2022, 263 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza. Identifique as três causas que o documento levanta essa ocorrência:
- (A) aumento do desemprego; capitalismo exacerbado; e desnutrição
 - (B) pandemia do coronavírus; aumento da expectativa de vida; e gastos com a saúde
 - (C) pandemia do coronavírus; aumento no número de óbitos; e desaquecimento da economia
 - (D) pandemia do coronavírus; crescimento das desigualdades; e aumento do preço dos alimentos
17. Sabemos da importância da produção acadêmica para o Serviço Social, da produção do conhecimento a partir do cotidiano. Motta *et al.*, em *"Crescimento das desigualdades e guerra cultural: desafios atuais"* (2022), fala sobre a produção da revista *Serviço Social & Sociedade*, de 2022, e que os autores buscaram desvendar as relações entre as macrodimensões da realidade e as problemáticas que atravessam as demandas profissionais. Para isso, utilizaram:
- (A) leitura e observação
 - (B) pesquisa e sistematização
 - (C) coleta de dados e leitura
 - (D) observação e atendimento
18. De acordo com Silva *et al.*, em *"Auxílio emergencial e trabalho do Serviço Social no contexto da Covid-19"* (2021), devemos considerar que os programas de transferência monetária não são orientados somente por matizes de pensamento progressistas; há também uma grande influência de matizes:
- (A) de caráter liberal e conservador
 - (B) de caráter nazifascista e neoliberal
 - (D) de caráter capitalista e mercantilista
 - (C) de caráter mercantilista e conservador
19. Silva *et al.*, em *"Auxílio emergencial e trabalho do Serviço Social no contexto da Covid-19"* (2021), fala sobre a implementação do benefício monetário referente ao auxílio emergencial frente a pandemia da Covid-19. As autoras fazem uma crítica ao modelo e apontam fatos ocorridos que embasam sua opinião. Assinale a opção abaixo que demonstra um dos fatos dessa crítica:
- (A) atrasos no pagamento
 - (B) informações bem divulgadas
 - (C) facilidade de acesso às agências pagadoras
 - (D) planejamento bem pensado na distribuição do benefício
20. "A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade." (Paulo Freire). Vasconcelos, em *"Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde"* (2022), acena para a necessidade de se assegurar uma relação sistemática e continuada entre espaços de prática e as universidades, através:
- (A) de pós-doutorado; de grupos de estudo dirigido; e de seminários e cursos
 - (B) de leitura de textos; de estudos de caso; e de educação continuada a distância
 - (C) de residências multiprofissionais; de projetos de pesquisa; e de projetos de extensão universitária
 - (D) do estágio supervisionado; de cursos de aperfeiçoamento, especialização e pós-graduação; de assessoria e consultoria à prática profissional

21. De acordo com Wanderley *et al.*, em *"Intersetorialidade nas Políticas Públicas"* (2020), a intersectorialidade constitui uma nova concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços. Nesse sentido, a materialização da intersectorialidade se dá:
- (A) nos territórios
 - (B) nos hospitais
 - (C) nos ambulatórios
 - (D) nos consultórios
22. Segundo o artigo 5º da Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, a supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada:
- (A) por assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição em que ocorre o estágio
 - (B) por assistente social funcionário de outra unidade do quadro de pessoal da instituição
 - (C) por profissional da equipe de funcionários do quadro de pessoal da instituição
 - (D) por supervisor acadêmico que atua na instituição de ensino do estagiário
23. Desde 2008, o Ministério da Saúde aponta para a necessidade do desenvolvimento de ações e medidas preventivas no que se refere à deficiência. Os estudos revelam para mais de 50% de casos de deficiência, que poderiam ser evitados com medidas orientadas no âmbito do SUS. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), compete ao SUS o desenvolvimento de ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis. Marque a alternativa que indica um dos meios:
- (A) busca ativa dos casos de tuberculose
 - (B) controle e identificação do pé diabético
 - (C) identificação e controle da gestante de alto risco
 - (D) oferta de órteses e próteses, meios auxiliares de locomoção
24. Faleiros (2013), problematiza em seu artigo as relações entre cuidado, emancipação e Serviço Social. Nesse sentido, o cuidar, no contexto do Estado de Direito e da democracia, significa:
- (A) assegurar a autonomia e desenvolver estratégias que fortaleçam a autoestima dos usuários da política de saúde mental, diante de cenários de extrema vulnerabilidade
 - (B) assegurar autonomia, acabar com as discriminações, ofertar ações e programas terapêuticos que atuem em conformidade com o Serviço Social Clínico e a Política Nacional de Saúde Mental
 - (C) assegurar a autonomia, reverter as discriminações, desenvolver a autoestima e incluir sujeitos em serviços e direitos, de acordo com a visão humanizadora da Política Nacional de Assistência Social
 - (D) assegurar a emancipação dos usuários do Sistema Único de Saúde, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e nas LOS 8.080 e 8.142 (1990), que preveem a saúde como direito universal
25. De acordo com Faleiros (2013), a ruptura com uma visão filantrópica assistencialista do cuidado está explicitada por duas correntes significativas. Assinale a alternativa CORRETA.
- (A) a do movimento de reforma sanitária e a do movimento de reforma psiquiátrica
 - (B) a do movimento feminista e a do movimento antirracista pelos direitos humanos
 - (C) a do movimento feminista e a proveniente do movimento pelos direitos humanos
 - (D) a do movimento de reforma sanitária e proveniente do movimento feminista e das mulheres
26. Boschetti e Behring (2021) apontam que, desde os anos 1960, o mundo se defronta com a crescente destruição de postos de trabalho, o aumento do desemprego, a destruição das forças produtivas e imensos deslocamentos forçados em decorrência de guerras, violência e miséria. Nesse sentido, a pandemia, inquestionavelmente, revelou ao país e ao mundo:
- (A) o desmonte da seguridade social e da precarização do Sistema Único de Saúde
 - (B) o desmonte da seguridade social e dos direitos trabalhistas, pelos sucessivos ajustes fiscais, deixaram o Brasil extremamente vulnerável diante do processo de contágio
 - (C) o desmonte da seguridade social e a demora no oferecimento do ensino remoto diante do processo de contaminação do vírus e do apelo "fique em casa"
 - (D) o desmonte da seguridade social e dos direitos previstos na política de assistência social, sobretudo o auxílio emergencial
27. A pandemia impôs reestruturações aos serviços de saúde, estabelecendo critérios e priorização de atendimento. Para o Serviço Social, também permitiu projetar a sua intervenção profissional, com EXCEÇÃO da seguinte alternativa:
- (A) apropriação e socialização de informações, a fim de facilitar o acesso e a qualidade dos serviços prestados aos usuários/as de saúde
 - (B) de posse dessa releitura, precisamos continuar agindo coletivamente, embasando, assim, as proposições e decisões profissionais
 - (C) requisições técnico-administrativas por parte da direção e excepcionalidade de atuação por parte do Serviço Social, em função do cenário atípico da pandemia
 - (D) reapropriação constante do acúmulo ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão. Vale reler com olhos livres de quem está vendo a pandemia no agora

28. A incorporação da família no debate acadêmico toma força a partir dos anos 1970, com os estudos feministas de tradição marxista. No Brasil, essa discussão também se desenvolve a partir do movimento feminista, embora nem sempre reconhecido. Para a área do Serviço Social, o debate tem uma vinculação orgânica com a Política Social e a família como instituição presente no trabalho profissional ao longo de sua história. Essa vinculação demonstra-se fundamental por dois aspectos:
- (A) primeiro, para entender a incorporação da família na política social e a sua naturalização. Segundo, para entender a ausência do debate no seio do Serviço Social
 - (B) primeiro, para entender o paradoxo existente entre família e cidadania. Segundo, para entender a escassez do debate e o desinteresse por parte do Serviço Social, que, ainda, se debruçava sobre a correlação entre capital e trabalho
 - (C) primeiro, para entender a naturalização do papel da mulher nos afazeres domésticos. Segundo, para entender essa lógica de apropriação pelo sistema capitalista, que reforça a exploração da dupla (ou múltipla) jornada de trabalho feminino não remunerado
 - (D) primeiro, para compreender as relações paradoxais existentes entre família e cidadania. Segundo, para entender a incorporação da família na política social e a sua naturalização, enquanto esfera central de proteção social, no contexto da crise atual do capitalismo
29. Com base no artigo de José Paulo Netto (2009), é muito recente, datando da segunda metade dos anos 1990 do século XX, o debate sobre o que vem sendo denominado de projeto ético-político do Serviço Social. Nesse sentido, é de suma importância a compreensão do significado de projetos societários como:
- (A) projetos coletivos que incorporem a teoria social crítica, na qual a sociedade é uma entidade de natureza intencional ou teleológica
 - (B) projetos macroscópicos como propostas para o conjunto da sociedade. A dimensão político-partidária é condição primordial para sua efetivação
 - (C) projetos coletivos constituindo-se como estruturas inflexíveis e cambiantes. Não são, necessariamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos determinações de outra natureza
 - (D) projetos coletivos, mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. Os projetos societários são, ainda, projetos de classe. Há necessariamente uma dimensão política, que envolve relações de poder
30. Sobre o projeto ético-político do Serviço Social, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) apresenta a autoimagem da profissão, sendo, portanto, um projeto hegemônico e exclusivo na categoria profissional
 - (B) implica compromisso com competência profissional, que tem como base o aperfeiçoamento intelectual do (a) assistente social
 - (C) o projeto profissional se vincula a um projeto societário, que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero
 - (D) a sua história remonta à transição dos anos 1970 aos 1980. O nascedouro desse novo projeto se viabilizou na recusa e na crítica ao conservadorismo profissional
31. O compromisso com o enfrentamento do racismo e de outras opressões/explorações está explícito no Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social. Desse modo, o debate da questão étnico-racial não pode ser postergado. As autoras Souza e Passos (2021) ressaltam o legado de Frantz Fanon para a consolidação de uma formação profissional antirracista no Serviço Social. Assinale a única alternativa que **NÃO** apresenta essa contribuição.
- (A) reconhecimento do racismo como um componente crucial e necessário ao colonialismo e ao capitalismo
 - (B) o debate sobre assimilação/alienação e desalienação, como duas dimensões que se relacionam dialeticamente
 - (C) reconhecimento do racismo e do machismo como componentes históricos estruturais do capitalismo tardio no Brasil
 - (D) a desumanização das pessoas negras sinaliza as diversas violações de direitos e as violências que permaneceram como uma herança para as mulheres negras
32. De acordo com Souza e Farias (2022), a violência contra as mulheres representa um sério problema social, afetando a integridade física e psicológica das vítimas. A inclusão da violência na agenda da saúde pública se deu a partir do seguinte contexto:
- (A) o reconhecimento do fenômeno da violência como problema de saúde pública exigiu, essencialmente, dos profissionais de saúde, um olhar holístico sobre as situações de violência
 - (B) o período de 2016 a 2019 foi marcado por diversos avanços, com incentivo à atuação integrada de diferentes setores, como saúde, justiça, segurança pública e rede socioassistencial
 - (C) a violência se tornou um problema de saúde pública em meados da década de 1990, sob a égide da OMS. O setor desenvolveu uma concepção integral de saúde, reconhecendo a violência como causadora de danos à saúde da mulher
 - (D) a violência contra a mulher no período anterior à pandemia já se apresentava como um problema social no Brasil e no mundo, mantendo-se na mesma condição com o confinamento obrigatório imposto pela pandemia da Covid-19

33. Uma família procurou o plantão do Serviço Social em busca de orientação para o acesso ao cuidado de saúde da pessoa idosa. A Lei nº 10.741/2003, no seu artigo 15, assegura a atenção integral à saúde da pessoa idosa por intermédio do SUS garantindo o acesso universal e igualitário. A prevenção, promoção e a manutenção da saúde da pessoa idosa são efetivadas por meio de:
- (A) cadastramento da família da pessoa idosa; atendimento geriátrico e gerontológico no consultório; atendimento clínico; atendimento domiciliar; internação e reabilitação orientada
 - (B) cadastramento da família da pessoa idosa; atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatório especializado; atendimento domiciliar 24h; incluindo internação e reabilitação orientada
 - (C) cadastramento da população idosa em base territorial; reabilitação só em caso de fraturas; atenção ambulatorial pela cardiologia e psicologia; atendimento individual domiciliar
 - (D) cadastramento da população idosa em base territorial; atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios; unidades geriátricas de referência; atendimento domiciliar; incluindo a internação e reabilitação orientada
34. O Código de Ética do Assistente Social de 1993 estabelece princípios que fundamentam a profissão. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um desses princípios.
- (A) defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo
 - (B) reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais
 - (C) empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças
 - (D) garantia do ecletismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual

35. Considere os itens abaixo, que se referem ao Código de Ética do (a) Assistente Social de 1993:
- I. zelar pela observância dos princípios e diretrizes desse Código, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, pelas instituições e organizações na área do Serviço Social.
 - II. introduzir alteração nesse Código, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais.
 - III. denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, por meio de comunicação fundamentada, qualquer forma de exercício irregular da profissão, infrações a princípios e diretrizes desse Código e da legislação profissional.
 - IV. cumprir e fazer cumprir esse Código.
 - V. como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância desse Código e nos casos omissos.
- A alternativa que apresenta CORRETAMENTE apenas o que compete ao Conselho Federal de Serviço Social é:
- (A) I, II e IV
 - (B) I, II e V
 - (C) II, III e IV
 - (D) Todos os itens estão corretos
36. Segundo os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, a intervenção profissional nessa política não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à (ao):
- (A) controle dos corpos e moralização da pobreza
 - (B) gestão da violência e violação de direitos cometidos pelo poder público
 - (C) gestão dos mínimos sociais para os (as) usuários (as) que mais necessitarem dos programas e benefícios sociais
 - (D) gestão da pobreza, sob a ótica da individualização das situações sociais, e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante
37. De acordo com o disposto na Lei nº 8.069 de 1990, o atendimento pré-natal para as gestantes será realizado por profissionais da atenção:
- (A) primária
 - (B) terciária
 - (C) secundária
 - (D) quaternária

38. Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa CORRETA.
- (A) as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, ao Juizado de Menores
 - (B) os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 21 (vinte e um) anos de idade
 - (C) os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais
 - (D) é assegurado às mulheres em situação de extrema vulnerabilidade o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde
39. De acordo com o art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA:
- (A) não será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade
 - (B) será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial
 - (C) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 24 (vinte e quatro) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária
 - (D) não será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional
40. Maria comparece à Delegacia de Polícia e afirma que necessita de medidas protetivas de urgência, sob a alegação de que é vítima de violência psicológica por parte do seu companheiro, narrando os diversos eventos e detalhes que caracterizam a referida violência. No entanto, declara que não possui testemunhas que tenham presenciado os fatos. Nesse contexto, antes mesmo de deflagrar inquérito policial para investigar os acontecimentos, o delegado de polícia encaminha o pedido de medida protetiva de urgência, formulado pela ofendida, ao conhecimento do Poder Judiciário. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, é CORRETO afirmar que o juiz:
- (A) poderá conceder as medidas protetivas de urgência após ouvir o Ministério Público, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, admitida uma prorrogação por igual período
 - (B) não poderá conceder as medidas protetivas de urgência, considerando que não há procedimento investigativo em curso pelo Ministério Público
 - (C) poderá conceder as medidas protetivas de urgência, de imediato, independentemente de manifestação prévia do Ministério Público
 - (D) poderá conceder as medidas protetivas de urgência mesmo sem a existência de testemunhas presenciais dos fatos, desde que ouça, previamente, o companheiro de Maria, para garantia de imparcialidade do caso